Editora: Ana Paula Macedo
anapaula.df@dabr.com.br
3214-1195 • 3214-1172

CHILE / Tecnicamente empatados, candidatos a presidente representam dois lados opostos, temidos por boa parte da população. Para tentar conquistar eleitores indecisos e do centro, concorrentes suavizaram o discurso no segundo turno

SEM PREFERIDO

Em um cenário incerto, os chilenos elegem hoje o novo presidente do país, tendo de escolher entre dois pólos opostos. De um lado, o deputado esquerdista Gabriel Boric, 35 anos, defende um Estado que reduza as fortes desigualdades sociais. Do outro, o advogado de extrema direita José Antonio Kast, 55, que pretende restaurar a ordem sem interferir no livre mercado. Os dois nomes não despertaram a paixão do eleitorado, que não se polarizou, na avaliação de analistas.

Metade dos chilenos aptos a votar afirma estar indeciso, praticamente o mesmo percentual (53%) de pessoas que não foram às urnas no primeiro turno. O voto deixou de ser obrigatório em 2012. "Essa é a grande incógnita. Quantos indecisos que não votaram no primeiro turno vão fazê-lo desta vez? Isso nos deixa diante de um fim imprevisível", avisa Claudio Fuentes, cientista político e professor da Universidade Diego Portales.

Mauricio Morales, professor da Universidade de Talca, lembra que, em 21 de novembro, Boric e Kast somaram 54% dos votos, mas 46% dos eleitores escolheram os demais candidatos. "Portanto, eles foram forçados a se deslocar na direção dos eleitores muito mais moderados ou do centro." As pesquisas recentes refletem a falta de favoritismo: realizada entre 14 e 16 de dezembro com 2.218 pessoas, a consulta da brasileira AtlasIntel revelou empate técnico nas intenções de voto, com 48,4% para Boric e 48,5% para Kast. A margem de erro é de 2 pontos percentuais.

As projeções de um resultado apertado levaram Kast a dizer, em uma entrevista televisiva, que é possível que as eleições sejam decididas nos tribunais. "Mais do que fraude, pode haver erros, e um voto por mesa pode mudar o destino da eleição. No Chile, temos 45 mil mesas e um voto por mesa pode fazer com que uma ou outra pessoa ganhe", afirmou, sendo rebatido por Boric. "É algo saído de um manual o que a extrema direita está fazendo no Chile, é possível perceber. É exatamente o mesmo que Trump fez. Eles estão começando a questionar os eventuais resultados", reagiu, referindo-se ao ex-presidente norte-americano.

AFP

O ultradireitista José Antonio Kast (E) e o esquerdista Gabriel Boric posam antes de debate: desilusão com a política

AFP

Funcionária do Serviço Eleitoral prepara seção para a votação de hoje, em Punta Arenas

Desconfiança

A desilusão com os políticos e seus partidos no Chile reflete a queda da confiança em todas as suas instituições do país, dizem especialistas. Mas também, segundo formadores de opinião e sociólogos, a eleição de domingo ressuscitou um clima de plebiscito semelhante ao de 1988, quando os cidadãos tiveram que votar Sim ou Não à continuidade do ditador Augusto Pinochet (1973-1990). Na época, Kast era uma parte visível do Sim; a família Boric fez campanha para o Não. A sociedade chilena votou para se livrar do regime militar.

"Um comparecimento muito baixo (como o atual) também reflete uma espécie de desencanto ou desagrado com a política e as opções disponíveis", afirma Michael Shifter, presidente do Diálogo Interamericano, em Washington. "As pessoas não são tão polarizadas quanto as duas opções políticas", acrescenta Shifter, listando as questões que movem a maioria: estender direitos sociais e fazer reformas para melhorar a educação e a saúde, "mas também querem ordem e combate à delinquência".

O analista considera que "não são ideias contraditórias", mas os dois candidatos promoveram essas propostas como se fossem questões opostas. "Há muita desinformação, muito exagero, como quando dizem que Boric é outro [Hugo] Chávez (...), no fim das contas, a maioria dos chilenos que votar no dia 19 de dezembro o fará por medo do outro candidato, porque não querem um Chile mais de direita ou porque temem que Boric seja controlado pelo partido comunista e transforme o Chile em outra Venezuela", acredita.

Nulo

A ex-presidente Michelle Bachelet, atual alta comissária dos Direitos Humanos da ONU, anunciou que seu candidato é Boric. No entanto, várias personalidades declararam publicamente voto nulo. Um dos últimos a reconhecer a opção foi José De Gregorio, ex-ministro do governo do socialista Ricardo Lagos e ex-presidente do Banco Central. "Vou anular meu voto. Apesar da pressão que tenho de todos os lados, acho que é a coisa mais honesta", disse De Gregorio à mídia local. "Ambos têm potencial, mas a verdade é que não gosto de nenhum deles", acrescentou.

Ernesto Ottone, sociólogo e ex-conselheiro presidencial de Lagos (2000-2006), não vai votar. Ele viajou para Paris, mas não antes de se declarar "sem candidato". "Sou uma pessoa de esquerda democrática, o que se poderia chamar de social-democrata, portanto, reformista, me sinto muito representado quando há uma aliança de centro-esquerda e essa situação não existe", explicou. "(Kast) é um homem de extrema direita. Boric representa uma esquerda radical e populista", completou Ottone, que se mostra especialmente preocupado com a aliança com o Partido Comunista, que no Chile "continua a ter uma doutrina que não é democrática".

Complexidade na economia

Quem quer que vença o segundo turno no Chile entre o ultradireitista José Antonio Kast e o esquerdista Gabriel Boric, enfrentará um cenário econômico complexo: após a vigorosa recuperação de 2021, prevê-se uma desaceleração do crescimento e um aumento da dívida pública no próximo ano. Os dois candidatos representam projetos antagônicos. Enquanto o jovem deputado de esquerda, de 35 anos, é liberal em temas sociais e defende "um Estado de bem-estar" ao estilo europeu na área econômica, seu adversário, Kast, um advogado de 55 anos, defende o modelo econômico neoliberal e tem uma visão ultraconservadora em temas sociais, expressa em sua oposição ao aborto e ao casamento entre pessoas de mesmo sexo.

Kast propõe uma redução dos impostos às grandes empresas e manter o sistema de pensões privado. Boric planeja uma reforma tributária que inclua maior taxação dos super-ricos e à alta renda para arrecadar 5% adicionais do PIB, que se destinaria a ampliar a participação do Estado na provisão de seguridade social. O deputado de esquerda é favorável a um novo sistema de pensões que substitua o herdado da ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990), um tema central na sociedade chilena e que tem sido uma das principais reivindicações dos protestos sociais nos últimos anos pelas baixíssimas aposentadorias que pagam.

Após registrar uma queda de 5,8% em 2020 em consequência das restrições sanitárias motivadas pela pandemia, o Chile terminará 2021 com uma expansão do PIB em torno de 11,5%. Boa parte desta recuperação se deve ao forte aumento do consumo privado, após os bônus estatais pagos pela pandemia e os três saques antecipados dos fundos privados de pensões (de até 10% de cada vez), aprovados pelo Congresso devido à forte pressão popular. Para 2022, espera-se que o Banco Central volte a aumentar as taxas de juros para conter a inflação, que encerrará o ano em torno de 6%, o dobro da meta. Quem for eleito, "terá que se encarregar de um cenário macroeconômico complexo, no qual terá que calibrar a retirada do estímulo fiscal", diz Castañeda.

ELEIÇÕES EM HONG KONG

Autoridades denunciam incitação a boicote

A um dia das eleições legislativas em Hong Kong, as primeiras sob as novas regras de Pequim, autoridades da ex-colônia britânica denunciaram ativistas estrangeiros por incitarem boicote às urnas. Mandados de prisão foram expedidos contra os acusados. A abstenção, o voto em branco ou nulo é legal em Hong Kong. No entanto, a partir deste ano, incentivar essas práticas é crime. Dez pessoas foram presas.

As autoridades acusaram Nathan Law, um militante que vive no Reino Unido, de ter estimulado sabotagem à votação durante uma conferência virtual organizada no início do mês. Sunny Cheung, Timothy Lee, Carmen Lau e Kawai Lee — todos fora de Hong Kong — também foram alvo de mandados de prisão.

Na quinta-feira, eles organizaram um encontro ao vivo nas redes sociais durante o qual teriam incentivado os eleitores a ficarem em casa.

Outros dois ativistas que pediram um boicote às eleições no exterior também tiveram ordem de detenção. Os acusados podem pegar até três anos de prisão e multa de HK $ 200 mil, cerca de US$ 25,6 mil (R$ 151 mil).

153

Total de candidatos que disputam 20 das 90 cadeiras do Conselho Legislativo pelo voto popular

AFP

Jovem distribui material de campanha de candidatos no centro da cidade: prisões e multas

Sem oposição

A elite política de Hong Kong elege, hoje, novos membros do Conselho Legislativo da cidade, teoricamente semi-autônoma. São as primeiras eleições "só para patriotas", depois das novas regras impostas por Pequim, que decidiu vetar candidatos da oposição, numa reação às grandes manifestações — em alguns casos, violentas — pró-democracia de 2019.

Desde então, muita coisa mudou na cidade, onde a oposição foi esmagada com uma lei de segurança nacional introduzida a partir de Pequim. Cada um dos 153 candidatos ao Conselho Legislativo teve que demonstrar sua lealdade política à China e seu patriotismo para concorrer a um assento.

Quase 4,5 milhões dos 7,5 milhões de moradores da cidade devem comparecer às urnas, mas seus votos definirão apenas 20 das 90 cadeiras do Conselho Legislativo, metade do que acontecia antes da mudança das regras.

Quarenta representantes serão eleitos por um comitê formado por 1,5 mil pessoas leais à China. E 30 sairão de comitês também fiéis ao governo de Xi Jinping e que representam grupos econômicos e com interesses especiais na cidade.

Pequim sustenta que o sistema eleitoral — "aperfeiçoado" — expulsará os elementos "anti-China", vai reparar os males da cidade e evitar que o Conselho Legislativo seja condicionado pelas táticas de obstrução do campo pró-democracia. No entanto, não é possível saber como a população vai reagir: a campanha foi muito discreta e as pesquisas apontam uma abstenção recorde.